



A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EPISTEMOLOGIA DE GÊNERO

Ana Célia de Sousa Santos

PPGED/UFPE/FAPEPI – aceliasantos@gmail.com

Lícia de Souza Leão Maia

PPGED/UFPE/Orientadora – liciaslm@hotmail.com

RESUMO: Este texto tem como objetivo discutir as relações de gênero, procurando entender como a Teoria das Representações Sociais contribui para a consolidação de um campo de estudo e pesquisa na área das relações de gênero. Nesse caso, a Teoria das Representações Sociais - TRS pode proporcionar um estudo mais aprofundado do que representa “ser mulher” e “ser homem” na atual sociedade, permitindo compreender, também, como a relação entre mulheres e homens vão se transformando e se constituindo. Tem como suporte teórico os estudos de Abric (1998), Arruda (2002), Jodelet (2011), Moscovici (1978, 2003), Louro (1997), Saffioti (1979, 2004) e Rago (1998), dentre outros/as. Para realização deste trabalho foi feito um estudo bibliográfico no qual nos permite afirmar que a Teoria das Representações Sociais nos ajuda a interpretar o mundo, a reconhecer a identidade do grupo, identificando as justificativas de determinadas práticas cotidianas. Esse exercício permite, ainda, compreender como as pessoas se mantêm enquanto grupo e conservam suas formas de ver o mundo e a si mesmo. Nesse sentido, compreender um fenômeno a partir de sua representação é possibilitar a identificação do núcleo central e do campo semântico de uma determinada forma de pensar as relações entre mulheres e homens. É proporcionar o questionamento e a reflexão do atual modelo que orienta a relação entre esses sujeitos. É, ainda, possibilitar a desconstrução de estereótipos e a construção de relações baseadas na igualdade, equidade e solidariedade entre mulheres e homens.

Palavras-chave: Representação Social, gênero, epistemologia feminista.



INTRODUÇÃO

A discussão em torno da relação entre ciência e os estudos sobre as mulheres e de gênero tem sido importante para consolidar uma epistemologia feminista. No entanto, tem provocado, também, reflexões sobre a forma de como incorporar essa temática, seja como intervenção no modo masculino de fazer ciência e produzir conhecimento, seja como construção de uma epistemologia alternativa.

Na perspectiva de Rago (1998, p. 3) a epistemologia define “um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico. É a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeitoobjeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos”. Nesse sentido, as mulheres incorporam diferentes modos de ver e fazer a ciência que traz ao centro as discussões que sempre ficaram restritas ao campo privado. Nessa perspectiva, existiria uma ou várias epistemologias feministas?

No que se refere à existência de uma ou várias epistemologias feministas, Rago (1998) destaca dois pontos: O primeiro diz respeito à participação do feminismo na ampla crítica cultural, teórica, epistemológica que tem como aporte teórico os estudos desenvolvidos na Psicanálise, na Hermenêutica, na Teoria

Crítica Marxista, no Desconstrutivismo e no Pós-modernismo. O segundo, de acordo com Rago, estar embutido no primeiro, pois, traz as propostas desta nova forma de conceber a produção do conhecimento, do projeto feminista de ciência alternativa, que se quer potencialmente emancipador.

Esse novo modo de pensar, trazido à tona pelas mulheres, tem provocado mudanças significativas na ciência. Na área da educação, tem questionado e problematizado a escola no que se refere ao seu jeito de ensinar meninas e meninos. Nesse caso, a escola sempre foi o local que através de suas práticas e linguagem mantém a reprodução de modos machistas de se relacionarem mulheres e homens. Nesse processo, discutem-se o papel da escola interrogando-a sobre sua função de humanizadora, em alguns casos trazendo para si a responsabilidade de ser corresponsáveis pela sua reconstrução.

Nessa perspectiva, este texto tem como objetivo discutir as relações de gênero, procurando entender como a Teoria das Representações Sociais contribui para a consolidação de um campo de estudo e pesquisa. Nesse caso, a Teoria das Representações Sociais - TRS pode proporcionar um estudo mais aprofundado do que representa “ser mulher” e “ser homem” na atual sociedade, permitindo compreender,



também, como a relação entre mulheres e homens vão se transformando e se constituindo.

Assim, a Teoria das Representações Sociais, que não é patrimônio de uma única área, cresce como uma teoria que tem muito a contribuir com as discussões sobre as relações de gênero. Nasce a partir dos anos 60, com o aumento do interesse pelos fenômenos do domínio do simbólico, os quais recorrem às noções de consciência e de imaginário. A obra de Moscovici, *La Psychanalyse, son image, son public*, que contém a matriz da TRS, surge em 1961 na França, operacionalizando um conceito que contribui para o estudo do pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade (ARRUDA, 2002).

Este texto apresenta, inicialmente, a perspectiva histórica da luta das mulheres e dos movimentos feministas, destacando conceitos e contribuições para a construção de um campo feminista. Em seguida os conceitos sobre a categoria gênero e as perspectiva de construção de uma epistemologia feminista. Em seguida, uma breve discussão sobre as Representações Sociais, destacando conceitos, origem, forma de estruturação e contribuições da TRS para a Teoria de Gênero.

1 Perspectiva histórica e a dimensão da construção de um campo feminista

A trajetória histórica construída pelas mulheres e pelos movimentos feministas, que

se caracteriza, no primeiro momento, pelo movimento sufragista, depois pela atuação de intelectuais e acadêmicas e, em outro momento, pela atuação das organizações não-governamentais, tem contribuído surpreendentemente para a definição de um campo de estudos e pesquisas que reforçam as lutas sociais em torno das questões das mulheres e de gênero.

Os movimentos feminista e de mulheres assumem uma visão crítica das contradições e das limitações das grandes transformações históricas, a exemplo das revoluções americana e francesa que excluíram as mulheres dos parlamentos e dos governos, negando-lhes o direito básico de votar e de ser votada. Essa luta emerge em meados do século XIX e se consolida na primeira metade do século XX, período em que as mulheres começaram a dar visibilidade às suas reivindicações, garantindo esse direito em praticamente quase todos os países do mundo, o que na visão de Rago (1998, p. 28), é:

[...] na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista.

Ainda conforme Rago (1998, p. 30), “as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão. Desse modo, o pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento”, como destaca Moraes (*apud* Sarti, 2004, p. 38):

[...] Na busca de uma articulação entre a luta contra as condições objetivas de opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais, o feminismo brasileiro, como argumentou Maria Lygia Moraes, enfrentou-se com a questão de articular à sua base marxista a questão da subjetividade, introduzindo, por essa via, também a psicanálise como sua referência.

Nessa perspectiva, todos os esforços dispensados têm sido para romper com a lógica da ciência que exclui não só as mulheres, mas a possibilidade de nos tornarmos sujeitos cognoscentes (FREIRE, 2005).

Na perspectiva de Sardenberg (2002, p. 96-97), “os estudos feministas sobre o androcentrismo nas ciências têm se multiplicado bastante na última década e revela não apenas como as categorias de gênero têm se inserido no vértice da Ciência Moderna, mas sobretudo que o suposto “sujeito universal” dessa ciência tem sido o homem branco ocidental. [...] isso tem trazido consequências bastante desvantajosas para as mulheres, principalmente no sentido de excluí-las dos processos de investigação e negar-lhes(nos) autoridade epistêmica, menosprezando os estilos e modos cognitivos ditos “femininos”. Ainda de acordo com Sardenberg (2002, p. 96):

[..] o androcentrismo tem contribuído para a produção de teorias sobre as mulheres que as(nos) representam como seres inferiores, desviantes ou

só importantes no que tange aos interesses masculinos.

A partir dessas reflexões, a crítica feminista parte do pressuposto de que a ciência não é “neutra” e de que sua objetividade exclui e segrega conhecimentos, e ainda, que sempre serviu aos interesses dos grupos que são hegemônicos. Para Sardenberg (2002, P. 90):

De fato, instrumentada por um olhar desconstrucionista, a crítica feminista tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo das ciências para o questionamento dos próprios pressupostos básicos da Ciência Moderna, virando-a de cabeça para baixo ao revelar que ela não é nem nunca foi “neutra”.

Ainda em seu ensaio Sardenberg (2002) apresenta reflexões em torno das diferentes implicações da crítica à ciência para nossa prática político-científica. Destaca que:

[...] pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista – de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (p.91).

Uma ciência feminista subtende-se o envolvimento com fundamentos teóricos-metodológicos que permita posturas coerente e inspire a construção de instrumentos e técnicas que promovam a participação de todos/as os sujeitos, a produção coletiva do conhecimento e a sistematização como forma de socialização do



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

novo saber produzido. Saber este que conteste as metanarrativas como linguagens universais, produzindo saberes, olhares e pensamentos holísticos e integrativos que contribua para a elaboração de um contradiscurso que valorize as formas diferenciadas de viver e estar no mundo (SCHIENBINGER, 2001).

Nesse sentido, a história da construção e do entendimento sobre o que é gênero está intimamente vinculada à luta das mulheres e aos estudos sobre essa temática, desenvolvido por diversas estudiosas feministas e pelo que, hoje, denominamos de epistemologia feminista.

Esta discussão não se configura num contexto teórico de consensos, pois, os estudos e as próprias relações têm se demonstrado complexas. Assim, as concepções sobre essa categoria de análise têm modificado seu enfoque, deslocando-se do objeto empírico, mulheres, para o objeto teórico, gênero. Colling (2004, p. 28) ressalta que:

A história do *gender* das norte-americanas, do *genre* francês, do *genere* italiano, do *geschlecht* alemão e do gênero português, tem um só objetivo: introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social. Relação que produz saberes, como visão nova do passado, e categoria de análise que permite reescrever a história levando em conta o conjunto das relações humanas.

Utilizando-se das ideias de Simone de Beauvoir (1980), no seu livro *o Segundo Sexo*, quando afirma “não se nasce mulher torna-se

mulher”, os estudos feministas procuram compreender a condição das mulheres em suas variadas dimensões e contextos.

Assim, nas duas últimas décadas esses estudos têm sido ampliados, incluindo-se aí outros sujeitos, como homens, gays, lésbicas, transexuais, dentre outras denominações, na perspectiva de compreender como se dão essas relações num contexto que não é supostamente homogêneo. Para Colling (2004, p. 28), o termo gênero:

[...] tem sido utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. A história das mulheres e a história de gênero estão interligadas, este se situa no campo relacional.

Corroborando com esse pensamento, Maturana (2004, p. 17) afirma que:

As diferenças de gênero (masculina e feminina) são somente formas culturais específicas de vida, redes específicas de conversações. É por isso que os diferentes valores que nossa cultura patriarcal confere às diferenças de gênero não têm fundamento biológico. [...] distinções sexuais entre homem e mulher são biológicas, mas o modo como as vivemos é um fenômeno cultural; [...] tais diferenças, próprias de nossa cultura patriarcal, referem-se ao modo como vivemos culturalmente nossa diversidade biológica, a partir de um fundamento de igualdade em nosso biológico cultural.

De acordo com Lamas (2000, p. 20), “ainda que o gênero esteja inscrito culturalmente e

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

inculcado inconscientemente, ele é transformável, alterável e reformável, não pela vontade, mas sim histórica, cultural e psiquicamente”. Assim, os estudos das relações de gênero permitem analisar o comportamento dos sujeitos a partir das diferenças sociais e culturais historicamente construídas e que a escola insiste em reproduzir.

Para os estudos de gênero são os conceitos de construcionismo e o de desconstrucionismo de gênero, perspectivas de análise pós-moderna que ressaltam a reprodução das estruturas socioculturais subjetivas e resistência na subversão de novos modelos interpretativos de gênero. Partem de estudos sobre as sociedades complexas, nas quais a realidade das relações de gênero, segundo Pereira (2004, p. 185), “tem mostrado que cada grupo humano elabora estruturas sistêmicas e que as relações de gênero, em seus papéis, são determinadas por convenções sociais”. Este conceito tem como princípio a luta pela igualdade e defesa do direito à diferença e que, segundo Bernardes e Guareschi (2004, p. 200):

[...] oferece-nos a ideia de uma desnaturalização da realidade, ao entender que a realidade é uma proposição explicativa, através da qual o mundo não estaria anterior à experiência que fazemos dele, mas a de que construímos conhecimentos acerca desse mundo ao mesmo tempo em que este constrói conhecimentos a nosso respeito.

Esclarecendo essa questão, Strey (1998) afirma que a construção cultural do gênero é evidente quando se verifica que ser homem ou ser mulher nem sempre supõe o mesmo significado em diferentes sociedades ou em diferentes épocas.

Ou seja, ser homem ou mulher depende dos costumes de cada lugar, de cada sociedade, da experiência cotidiana das pessoas, variando de acordo com as leis, as religiões, a maneira de organizar a vida familiar, a vida política de cada povo ao longo da história. As relações de gênero e as representações de gênero também não variam apenas de um povo para outro, já que dentro de uma mesma sociedade elas também podem mudar de acordo com a classe social, com a raça, com a idade.

Frente a esses elementos de análise, pressupomos que é imprescindível procurarmos desconstruir essa realidade para que se construa uma relação na qual haja igualdade e, de fato, homens e mulheres exerçam verdadeiramente a cidadania, pois, não existe democracia sem direitos sociais iguais, voltados para todos/as os/as cidadãos e cidadãs de acordo com suas necessidades, pautadas pelas suas diferenças (LOURO, 1997).

Ainda com relação à desconstrução do real, Louro (1997, p. 31-32), em seu texto “*Gênero, sexo e sexualidade*”, explicita a necessidade da desconstrução do gênero, acrescentando que:

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significa problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implica observar que o pólo masculino contém o feminino [...] e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido. [...] a desconstrução faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os



termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita.

Para essa mesma autora, as relações de gênero carregam uma lógica dicotômica, na qual a ideia que prevalece é a de que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um polo dominante e outro dominado. No entanto, o processo de desconstrução permite perturbar essa ideia de relação de via única e observar que o poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição dessa relação.

Entendemos, portanto, que, para mudarmos qualquer situação de subordinação e exclusão existente em nossa sociedade, é imprescindível que nossas emoções, e não só a razão determinem o que fazemos ou deixamos de fazer. Nesse caso, podemos afirmar que precisamos modificar a nossa forma de ver e estar no mundo para assim modificar as relações entre mulheres e homens. Nesta perspectiva, Maturana (2004, p. 33) afirma que:

[...] o fluxo do emocionar muda com o fluir das coordenações de ações. Portanto, ao mudar o significado das palavras modifica-se o fluxo do emocionar e nesse caso a cultura passa a exercer um papel de construção desse novo emocionar, pois, ao surgir uma comunidade humana começa-se a conservar umas redes de conversações como a maneira de viver dessa comunidade, desaparecendo ou mudando quando tal rede de conversações deixa de ser preservada.

Para compreendermos as mudanças culturais ocorridas em uma determinada sociedade ou grupo social é preciso entender como ocorrem

as mudanças no emocionar, as mudanças nas subjetividades. Por isso, devemos, então [...] ser capazes de caracterizar a rede fechada de conversações que [...] constituem a cultura que vive tal comunidade. Devemos também reconhecer as condições de mudança emocional sob as quais as coordenações de ações de uma comunidade podem se modificar, de modo a que surja nela uma nova cultura (MATURANA, 2004, p. 35).

2 A Teoria das representações sociais - TRS

Na perspectiva de Moscovici (2003), estudar sobre as representações sociais é examinar o senso comum. Nesse caso, compreende-se o senso comum, como uma forma de conhecimento que se inscreve na ordem do conhecimento da realidade, diferenciando tanto na sua elaboração, quanto na sua função. Santos (2005), ao citar esse autor destaca que:

[...] o conhecimento do senso comum é elaborado a partir dos processos de objetivação e ancoragem, segue uma lógica natural, e tem como função orientar condutas, possibilitar a comunicação, compreender e explicar a realidade social, justificar *a posteriori* as tomadas de posição e as condutas do sujeito e uma função identitária que permite definir e salvaguardar as especificidades dos grupos.

Na compreensão de Moscovici (*apud* Oliveira e Werba, 1998, p. 181), as representações sociais podem ser entendidas como "um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais". Para Oliveira e Werba (1998, p.105) essas representações sociais "são "teorias"



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sobre saberes populares e do senso comum, elaborados e partilhados coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real". Essas autoras, ao explicarem como se originam as representações sociais, citam, mais uma vez, Moscovici (*apud* Oliveira e Werba, 1998, p. 181), já que este considera-as como sendo "o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum".

Com essa mesma compreensão Jodelet (2011, p. 36) outra teórica citada pelas autoras acima, confirma essa compreensão das representações sociais quando assegura que estas podem ser consideradas como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social".

Com o intuito de continuar esclarecendo sobre a questão das representações sociais, recorreremos a Abric (1998, p. 64) quando explicita que estas são os produtos e os processos de uma atividade mental, através da qual um indivíduo ou um grupo se confronta, reconstitui a realidade e atribui um significado específico.

Para Abric (1998), as representações sociais possuem quatro funções essenciais: **função de saber** que permite aos atores sociais adquirirem conhecimentos integrando-os em um quadro assimilado e compreensível para eles próprios, em coerência com seu

funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem; **função identitária** que define a identidade e permite a proteção da especificidade dos grupos, assegurando, com isso, um lugar primordial nos processos de comparação social; **função de orientação** que visa guiar os comportamentos e as práticas definindo o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social; **função justificadora** que permite a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. De acordo com essa função a representação preserva e justifica a diferenciação social, podendo estereotipar as relações entre os grupos, contribuindo para discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles.

Nessa perspectiva, Abric (1998, p. 30) faz uma abordagem estrutural sobre representações sociais que consideramos importante analisar. De acordo com esse autor, as representações sociais, se organizadas, estruturam e constituem num sistema sóciocognitivo do tipo específico, denominado de núcleo central. Na sua visão o núcleo central é determinado, de um lado, pela natureza do objeto representado, e do outro, pelo tipo de relações que o grupo mantém com o objeto e, enfim, pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o meio ambiente ideológico do momento e do grupo. Ainda, segundo esse autor, em torno



do núcleo central organizam-se os elementos periféricos que constituem o essencial do conteúdo da representação: seus componentes mais acessíveis, mais vivos e mais concretos.

Nesse sentido, podemos considerar que a Teoria das Representações Sociais nos ajuda a interpretar o mundo, a reconhecer a identidade do grupo, identificando as justificativas de determinadas práticas cotidianas. Esse exercício nos permite compreender como as pessoas se mantêm enquanto grupo e conservam suas formas de ver o mundo e a si mesmo.

3 Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para a Teoria de Gênero

A construção cultural das relações de gênero implica o modo como as sociedades se organizam, depende dos costumes e comportamentos que é reivindicado para cada povo e do modelo de educação que é utilizado para ensinar tais relações.

Sobre a questão de gênero, Strey (1998) esclarece que a construção cultural do gênero é evidente quando se verifica que ser homem ou ser mulher nem sempre supõe o mesmo em diferentes sociedades ou em diferentes épocas, ou seja, depende dos costumes de cada lugar e sociedade, da experiência cotidiana das pessoas, variando de acordo com as leis, as religiões, a maneira de organizar a vida familiar, a vida política de

cada povo ao longo da história. Assim, as relações de gênero e as representações de gênero não variam apenas de um povo para outro, já que dentro de uma mesma sociedade elas também podem mudar de acordo com a classe social das pessoas, com a raça, com a idade.

Assim, a área da educação vai se constituindo, também, em um campo fértil de estudo das representações sociais e das relações de gênero, como assegura Gilly (2001) quando afirma que “a área educacional aparece como um campo privilegiado para se observar como as representações sociais se constroem, evoluem e se transformam no interior dos grupos sociais, e para elucidar o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de sua representação”.

Nessa perspectiva, se faz necessário perguntarmos como são instituídas as relações de gênero e como tais relações se reproduzem e que efeitos elas têm sobre os sujeitos. Para Louro (1996, p. 34):

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar, e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado, acaba por ter o caráter de argumento final, irreversível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestida por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual serve para compreender e justificar a desigualdade social.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Nesse caso, identificar quais as representações sociais que um determinado grupo (professores/as, jovens, mulheres, etc.) possui sobre as relações entre mulheres e homens, meninas e meninos é fundamental para analisar como essas concepções foram se constituindo na própria identidade desses grupos e como às reproduzem. Essas ideias em confronto com a prática poderão tornar visível o que estar sujeito ou não às mudanças, como destaca Louro (2001, p. 59):

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer do cotidiano escolar. Atentas aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos e usados - portanto não são concebidos - do mesmo modo por todas as pessoas.

Considerando aspectos históricos Arruda (2002) destaca algumas afinidades entre a Teoria de Gênero e a Teoria das Representações Sociais a partir de três dimensões, que destaco: a dos campos de saber, a conceitual-metodológica e a epistemológica.

A dimensão do desenvolvimento dos campos de saber, na perspectiva de Arruda (2002) refere-se a propostas que se integrarão em campos de saber seguindo certas características que advém do fato que estas Teorias não surgem desligadas da realidade, provocam conflitos e mudanças, são favorecidas pela transição paradigmática e vivem um período de latência entre o surgimento das ideias inaugurais e o desenvolvimento da sua

aplicação, e o advento da consequente visibilidade. Quanto à dimensão conceitual-metodológica de tais teorias, vê-se que elas apresentam características comuns no que se refere aos objetos a que se aplicam e aos métodos mais adequados à sua abordagem: revelam aspectos de objetos até então subvalorizados pela ciência, utilizam-se de temas/objetos ao mesmo tempo como processo e produto e exige abordagens mais dinâmicas e flexíveis, considera que o método decorre das características do objeto e da teoria adotada, e busca a reunião desses dois para gerar o conhecimento.

No que se refere à dimensão epistemológica, de acordo com Arruda (2002), as teorias feministas e a TRS propõem uma crítica ao binarismo que antepõe natureza e cultura, razão e emoção, objetivo e subjetivo, pensamento e ação, ciência e senso comum. Dessa forma, afirmam a importância das dimensões subjetiva, afetiva, cultural na construção do saber e nas ações humanas, e a importância de considerá-las na construção do conhecimento e no fazer científico, propõem teorias relacionais, em que não se pode conhecer sem estabelecer relação entre o tema/objeto e o seu contexto.

Ainda na visão de Arruda (2002, p. 138) o estudo da Teoria das Representações Sociais visa:

[...] permitir desenvolver a teoria e a criatividade dos/as pesquisadores/as, na medida em que o interesse maior seria a descoberta e não a verificação, a comprovação. Ao mesmo tempo, ao trabalhar com essa teoria, tentar transmiti-la a pesquisadores/as iniciantes, percebe-se que a representação social, na interface da psicologia e da sociologia, é uma alternativa de grande plasticidade,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

que busca captar um fenômeno móvel, por vezes volátil, por vezes rígido, cuja complexidade reforça a dificuldade da sua captação. Perceber uma representação social é fácil, mas defini-la, nem tanto.

Nesse sentido, compreender um fenômeno a partir de sua representação é possibilitar a identificação do núcleo central e do campo semântico de uma determinada forma de pensar as relações entre mulheres e homens. É permitir o questionamento e a reflexão do atual modelo que orienta a relação entre esses sujeitos. É, ainda, possibilitar a desconstrução de estereótipos e a construção de relações baseadas na igualdade, equidade e solidariedade entre mulheres e homens.

A Teoria das Representações Sociais é importante na medida em que contribui para a identificação das RS de gênero e para a análise do que pensam os grupos sobre essa temática e sobre suas práticas educativas cotidianas. Este exercício possibilita a desconstrução e construção de novos significados. Podemos, ainda, questionar conceitos pré-concebidos que determinam comportamentos e atitudes, definindo as práticas. Desse modo, estaremos construindo e desconstruindo nossa própria história.

O estudo da TRS possibilita, também, a identificação do núcleo central da RS de gênero, verificando como se constroem, evoluem e se transformam tais representações. Permite, ainda, transformar o que pensam mulheres e homens sobre si mesmo e sobre suas relações, possibilitando a construção de relações de gênero baseadas no respeito e na equidade.

Nesse encontro entre as relações de gênero e a TRS é possível repensar, também, as fronteiras entre razão e senso comum, razão e emoção, sujeito e objeto, pois, a realidade é social e culturalmente construída, e sendo assim, esses aspectos são essenciais, pois, constituem a identidade dos grupos sociais. O encontro entre essas Teorias enriquece as diversas áreas do conhecimento contribuindo para novas pesquisas e para a consolidação de uma epistemologia feminista.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A Abordagem Estrutural das Representações Sociais, In: **Estudo Interdisciplinares de Relações Sociais**. Ed. AB, Goiânia:1998.

ARRUDA, Angela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2002.

ANYON, Jean. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. n. 73, p. 13-25. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BERNADES, Anita Guazelli; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A cultura como constituinte do sujeito e do conhecimento. In: STREY, Marlene; NEVES, CABEDA; Sônia T. Lisboa, PREHN, Denise R. (Orgs.) **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e realidade**. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 1995.

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene; NEVES, CABEDA; Sônia T. Lisboa, PREHN, Denise R. (Org.) **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GILLY, Michel. As representações sociais no campo da educação. In: Jodelet, D. **As representações sociais**. EDUERJ. Rio de Janeiro:2001.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2011.

LAMAS M. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n. 84/85, mar./ago., 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

MATURANA, Humberto R. Conversações Matrística. In: MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia**. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Por que estudar as representações sociais em Psicologia ? In. **Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás/Goiania**, v. 30, n. 01. 2003.

OLIVEIRA, F. O. DE. WERBA, G. C. Representações sociais. In. Strey, M. N. e cols. **Psicologia Social**. Vozes, Petrópolis: 2000.

PEREIRA, V. L. Gênero: dilemas de um conceito. In: STREY, Marlene; NEVES, CABEDA; Sônia T. Lisboa, PREHN, Denise R. (Org.) **Gênero e cultura: questões contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria;

GROSSI, Mirian Pillar. (Org.) **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: ED. Mulheres, 1998.

REIS, José R. T. Família, Emoção e Ideologia. In: CODO, Wanderley et all. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani, **A mulher na sociedade de classes: Mitos e Realidade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**. v.16, n.2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SANTOS, Maria de Fátima Souza. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, Maria de Fátima; ALMEIDA, Angela. **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Editora Universitária da UFPE/UFAL, Recife: 2005.

STREY, M. N. et al. **Psicologia Social Contemporânea: Livro-texto**. Petrópolis, RJ. Ed.Vozes. 1998.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Vozes, 2007.